

“O NOSSO CORPO NÃO TEM LUGAR”: O SILÊNCIO E AS DORES PSÍQUICAS DOS CORPOS DISSIDENTES NO ESPAÇO ESCOLAR

Maria Eduarda Araújo Pereira¹

RESUMO EXPANDIDO

A escola é uma instituição social que ocupa um lugar central na vida do indivíduo. É o primeiro espaço onde ele socializa, produz conhecimento, descobre o mundo, inclusive, muitas das vezes, compreende quem ele é no mundo. No entanto, para além da sua ação formativa, a instituição escolar também atua como um dispositivo que regula e adentra corpos e identidades, reproduzindo valores sociais da ordem vigente, considerando esses corpos sob a lógica hegemônica heteronormativa, ou seja, os corpos que são legítimos socialmente. Em uma lógica contrária, como diz (BUTLER, 2019) “são corpos abjetos”. As normas de gênero e sexualidade são constantemente reiteradas no cotidiano da escola e, que a inclusão e a exclusão atravessam a vida dos/as estudantes (FOUCAULT 1987, LOURO 2004, BUTLER 2003). Butler (2019) destaca compreender que os corpos que transgridem as normas de gênero e sexualidade, chamados de corpos dissidentes não são reconhecidos socialmente, considerados como abjetos (como dito acima) dentro da ordem heteronormativa. Além disso, os corpos que escapam dessa lógica são frequentemente considerados invisibilizados conforme discute Butler (2019), ou tratados como corpos “estranhos” na perspectiva de (LOURO 2004).

Nesse contexto, estes são dissidentes compreendidos como aqueles que se afastam e transgridem a lógica hegemônica de gênero e sexualidade são encontrados em um cenário de exclusão, invisibilidade e violência no espaço escolar. A autora Moita Lopes (2008) endossa que a escola corrobora para a reprodução e organização das identidades sociais de forma sexual e racializada. Isso contribui para o que Bourdieu (2002) chama de violência simbólica, ou seja, uma forma de dominação que acontece de maneira invisível e naturalizada, através de princípios morais, valores, regras sociais, práticas culturais que impõem a visão de mundo dos grupos dominantes como se fosse universal e superior. A violência simbólica atua nas identidades sociais quando a sociedade impõe a heterossexualidade como o modelo natural a ser seguido, fazendo com que outras formas de identidades sejam vistas como desviantes e invisíveis. Nesse contexto, os modos de violência podem ser muitos para além do simbólico, a exemplo de: físicos, emocionais, patrimoniais e até mesmo reproduzidos no silêncio que advém da própria instituição, da ausência da escuta desses sujeitos e da dificuldade do reconhecimento das identidades plurais existentes no contexto educacional. Como argumenta Berenice Bento (2017), os corpos dissidentes são colocados em uma zona de abjeção na qual as suas experiências são negadas e apagadas. Desse modo, a escola silencia, reproduz um modelo excludente que produz um apagamento desses corpos, em todos os campos de conhecimento e que são legitimados pelo espaço escolar. Torna-se evidente também que o apagamento extrapola os muros da escola. A partir do que foi dito anteriormente, o presente artigo tem como objetivo compreender de que maneira os corpos dissidentes transexuais são silenciados e invisibilizados no contexto escolar, e como a instituição contribui para a produção e reprodução das experiências de dor em cada sujeito. Esta pesquisa possui natureza qualitativa, de caráter exploratório ancorada nos estudos

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB. dudulagomes15030010@gmail.com

de gênero e sexualidade fundamentada no método da história oral. Parte-se do objetivo de adentrar nas narrativas dos interlocutores dissidentes para compreender e analisar as suas trajetórias pessoais no que diz respeito ao seu gênero e a sua sexualidade no ambiente escolar, resgatando memórias perdidas e ressignificadas nesse espaço. Nesse contexto, os sujeitos escolhidos para a pesquisa foram um homem trans e uma mulher trans que se consideram pansexuais.

A discussão das relações de gênero e sexualidade, corpos dissidentes e sofrimento psíquico ganha ênfase nas áreas das Ciências Humanas e na Educação. A compreensão dessas questões exige partir do princípio de que determinadas dimensões que são construídas pelo sentido biológico, não são naturais ou essencialmente dadas, contudo são constructos históricos e socioculturais que servem para regular a sociedade. Nessa perspectiva, as normas de gênero e sexualidade atuam como instrumentos de poder que delimitam quais corpos devem ter reconhecimento social, legitimidade e quais são os que devem ser invisibilizados colocando-os à margem. O termo gênero “ (...) é uma estrutura de dominação simbólica materializada na organização social e nos corpos, resultantes de um processo de construção sociocultural com base nas diferenças sexuais percebidas” (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009), uma vez que é esperado que os homens e mulheres ajam conforme o seu sexo biológico, o que chamamos de sistema binarismo de gênero. Além disso, conforme Anne Damásio (2011, p. 213) é através do corpo considerado não fixo e mutável, é onde o sexo, gênero e sexualidade se encontram materializados, onde existem múltiplas formas de existências, apesar de algumas ainda serem invisíveis e negadas socialmente ainda mais quando fogem do padrão binário de sexualidade.

Nos estudos de gênero, especialmente em autores como Judith Butler (2003) e Guacira Lopes Louro (2004) esse sistema é compreendido como uma construção social e normativa, e não como algo natural, biológico. Ele funciona como um mecanismo de regulação dos corpos e identidades que exclui e torna “invisíveis” todos os corpos que não se encaixam nessa lógica, como pessoas não binárias, trans e outras identidades dissidentes e definem os modos de ser e existir dos corpos e identidades (LOURO, 1997). Nesse contexto, os indivíduos que não se encaixam nos padrões pré-estabelecidos socialmente da hegemonia são alvos de críticas, violências físicas e simbólicas que atravessam a dor e o silêncio dessas subjetividades, uma vez que pode afetar as suas vivências de certa forma, tendo em vista que estes corpos que transgridem a lógica padrão vigente estão expostas a exclusão social. A exclusão perpassa a vida dos corpos dissidentes, seja nas instituições escolares, família e até no próprio meio social no qual vive. Isso porque “ o sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar e transformar em discurso” (Foucault, 1989, p.127).

Conforme Guacira Lopes Louro (2003) os corpos são plurais e mutantes, visto que eles são construídos e reproduzidos nas relações sociais, e a disciplina controla os corpos, e os tornam “dóceis” para serem “úteis”, uma vez que conforme Foucault (1987) pontuou um corpo dócil é mais fácil de ser dominado e subjugado. A disciplina é um mecanismo para manter a ordem social vigente como legítima e estes corpos submissos ao sistema hegemônico. Entre os corpos dissidentes, estão os transexuais, aqueles que não se sentem pertencentes e reconhecidos a sua identidade de gênero que foi lhe imposto no seu nascimento. Desse modo, os corpos trans estão em oposição aos corpos cisgêneros correspondente às pessoas que se sentem reconhecidas na estrutura binária de gênero (LANZ, 2017). Segundo Joan Wallach Scott (1995) o gênero é um mecanismo fundamental que proporciona sentido às relações de poder. É na escola onde o controle e as regras padronizam as identidades e comportamento dos estudantes, mantendo-os sob a vigilância das normas hegemônicas. Santos (2015) destaca que a escola, por vezes, age como uma “fábrica de corpos”, que torna os corpos dóceis e que os discursos sobre gênero e sexualidade são regidos por atitudes e formas de limitar a existência. Além disso, é nesse espaço que muitas vezes, corrobora a regulação dos corpos e comportamentos, contribuindo

para a manutenção de hierarquias de gênero e sexualidade (BENTO, 2011). Isto pode refletir na exclusão social, dores emocionais, evasão escolar, ansiedade, medo, silenciamento, invisibilidade destes (as) estudantes, como Campos e Pereira (2019) e Pereira, Pereira e Pocahy (2022), Jesus (2012), Lanz (2014,2017) e Richard Miskolci (2016) no qual é evidenciado como a dor psíquica atravessa estes corpos produzindo silenciamento do sujeito.

A partir das entrevistas realizadas ao longo desse estudo, evidencia-se que o espaço escolar, embora socialmente idealizado como um ambiente de acolhimento, formação e pluralidade, ainda se configura, em muitos contextos, como um território marcado por práticas de controle, normatização e silenciamento dos corpos dissidentes, especialmente os sujeitos transexuais. As análises realizadas, articuladas aos referenciais teóricos e aos relatos dos participantes, demonstram que a escola atua, frequentemente, como reprodutora de normas cisheteronormativas, legitimando determinadas identidades em detrimento de outras, consideradas desviantes ou abjetas. Nesse cenário, o silenciamento institucional surge como uma das principais formas de violência, manifestando-se tanto na ausência de escuta quanto na invisibilização das experiências desses sujeitos. Tal processo contribui significativamente para a produção de sofrimento psíquico, uma vez que a negação do reconhecimento social impacta diretamente na construção da subjetividade, na autoestima e no sentimento de pertencimento dos estudantes dissidentes. As narrativas apresentadas evidenciam que a dor vivenciada por esses sujeitos não se limita ao âmbito individual, mas está profundamente enraizada em estruturas sociais e institucionais que reforçam desigualdades e exclusões.

Além disso, observa-se que as práticas de violência no ambiente escolar não se restringem às formas explícitas, como o bullying e a discriminação verbal, mas também se manifestam de maneira simbólica e estrutural, por meio de normas, discursos e práticas que regulam os corpos e impõem padrões de gênero e sexualidade. Tais mecanismos, muitas vezes naturalizados, dificultam o reconhecimento da diversidade e contribuem para a manutenção de um ambiente excludente e pouco acolhedor.

Por outro lado, é importante destacar que, mesmo diante desse contexto adverso, os corpos dissidentes não se constituem apenas como sujeitos passivos da opressão, mas também como agentes de resistência. As estratégias de re-existência evidenciadas ao longo da pesquisa revelam a capacidade desses sujeitos de ressignificar suas experiências, afirmando suas identidades e reivindicando espaços de reconhecimento e legitimidade no ambiente escolar.

Essa dimensão da resistência aponta para a possibilidade de transformação das práticas educativas e das relações estabelecidas no interior da escola. Diante disso, torna-se imprescindível que a instituição escolar assuma um papel ativo na promoção de uma educação inclusiva, crítica e comprometida com a valorização da diversidade. Isso implica não apenas na inserção de debates sobre gênero e sexualidade no

currículo, mas também na construção de práticas pedagógicas que garantam o respeito, a escuta e a valorização das múltiplas identidades. Ademais, faz-se necessária a formação continuada de professores e gestores, bem como a implementação de políticas públicas que assegurem os direitos dos estudantes dissidentes e combatam todas as formas de violência e discriminação no ambiente escolar.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento das discussões no campo da educação, ampliando o olhar sobre as experiências dos corpos dissidentes e evidenciando a urgência de transformação das práticas escolares. A construção de uma escola verdadeiramente plural e democrática depende do reconhecimento das diferenças como parte constitutiva da sociedade, garantindo que todos os sujeitos tenham o direito de existir, de se expressar e de ocupar os espaços educativos com dignidade, respeito e liberdade.

Palavras-chaves: sujeitos trans; sexualidade; sofrimento.

Referências bibliográficas

- BENTO, Berenice. *Na escola se aprende que a diferença faz a diferença*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 165-179, 2011.
- BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- CAMPOS, Ricardo; PEREIRA, Marcos. *Corpos abjetos e violências de gênero: experiências dissidentes na contemporaneidade*. 2019.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Gênero e diversidade sexual*. João Pessoa: EFPB, 2009. Disponível em: <https://www.ufpb.br/contents/noticias/didaticos/glossarioEscolasPlurais1>. Acesso em: 20 set. 2022.
- DAMÁSIO, A. *Botando corpo e (re)fazendo gêneros*. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22333>. Acesso em: 30 mar. 2026.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília: Autora, 2012.
- LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- LANZ, Letícia. *Transgêneros: teorias e práticas*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. *Educação e gênero: a construção do feminino e do masculino*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1987.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.
- LOPES, Luiz Paulo da Moita. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- PEREIRA, João; PEREIRA, Ana; POCAHY, Fernando. *Transfobia, homofobia e discursos de ódio na sociedade contemporânea*. 2022.
- SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. *Docência Trans*: entre a decência e a abjeção*. 2017. 445 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.